

----- ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO:-----

----- Ao vigésimo oitavo dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e oito, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, a primeira reunião da sessão ordinária de Fevereiro, da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- **Ponto um:** Acta da sessão extraordinária realizada no dia 26/10/2007; Acta da sessão extraordinária realizada no dia 28/11/2007: apreciação e aprovação. -----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente. -----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho. -----

-----III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

----- **Ponto um:** 2ª Modificação Orçamental – 2008: 1ª Revisão ao Orçamento da Receita; 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 1ª. Alteração ao Plano de Actividades Municipais e 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto dois:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação;---

----- **Ponto três:** Regulamento da Piscina Municipal de Odemira: apreciação e deliberação;

----- **Ponto quatro:** Regulamento de Atribuição de Prémios de Actividade Desportiva: apreciação e deliberação; -----

----- **Ponto cinco:** Alteração do Regulamento do Bar-Restaurante sito no Jardim da Fonte Férrea, em Odemira: apreciação e deliberação; -----

----- **Ponto seis:** Relatório da Comissão da Assembleia Municipal para averiguação da alegada utilização abusiva de uma viatura e de imagens internas da Câmara Municipal de Odemira, durante a campanha para a eleição de órgãos locais: apreciação e deliberação; -----

----- **Ponto sete:** Proposta do Governo sobre o novo mapa judiciário: apreciação; -----

----- **Ponto oito:** A anunciada proposta de alteração da lei eleitoral relativa às autarquias locais: apreciação. -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- Pelas vinte e uma horas, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a reunião e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e quatro membros da Assembleia Municipal a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Eduardo Guerreiro da Silva, Augusto Inácio Maria, Eduardo Abrantes Francisco (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, em substituição do senhor Carlos José Martins Cortez, Presidente da respectiva Junta), Dinis Manuel Campos Nobre, Domingos Assunção Silvestre, Dulce Loução de Matos Raposo, Fernando Silvestre da Encarnação, Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, Helena Maria Theodora Loermans, Humberto Inácio Encarnação, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Ribeiro, José da Silva Valério, José Manuel Gonçalves Guerreiro, José Manuel Guerreiro, José Manuel dos Reis Guerreiro, Leonel Nunes Rodrigues, Manuel António Dinis Coelho, Manuel

José Pereira Guerreiro Martins, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Mário Neves Páscoa Conceição, Paula Cristina dos Santos Custódio, Paulo Jorge Dias Reis, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, Tito Silvestre Nobre Palma, Valdemar Pacheco Silvestre e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e as ausências dos senhores António Manuel de Oliveira Rita Viana, Presidente da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, Diogo Castanheira Vilhena, José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha e Raul José Pinto de Albuquerque Tomás. -----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, José Alberto Candeias Guerreiro, Carlos Alberto Silva Oliveira e Hélder António Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária. -----

----- Reportando-se às faltas verificadas nas sessões ou reuniões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, relativamente à sessão ordinária de Dezembro, realizada no dia dezassete de Dezembro do ano transacto, não havia justificado a falta o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Relíquias. -----

----- Relativamente à reunião da Comissão Eventual sobre “Utilização de uma viatura propriedade do Município de Odemira, para fins alheios aqueles a que se destinam”, realizada no dia doze de Janeiro do corrente ano, não se tinha registado qualquer falta. -----

----- Por último, quanto à reunião da Comissão Permanente para elaboração da Folha da Assembleia, realizada no dia doze de Janeiro do corrente ano, não tinha justificado a falta o senhor Raul José Pinto de Albuquerque Tomás. -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:** -----

----- Interveio o senhor Raul de Almeida que depois de cumprimentar todos os presentes,

disse o seguinte: “(...)A primeira questão que queria colocar era um voto de felicitações pela abertura da piscina, um equipamento que fazia muita falta a este concelho e que tenho grato prazer de constatar que é muito frequentado pelos Odemirenses, pelos habitantes do concelho e que foi um equipamento que fazia muita falta, como já disse, e que foi uma boa ideia e uma iniciativa que é meritória e que é de realçar e portanto não queria deixar de felicitar o Executivo Camarário e todos os Órgãos pela iniciativa. -----

----- Em segundo lugar, desejava dirigir-me ao senhor Presidente Camilo, que na sequência de uma pergunta que fiz na última Assembleia Municipal que ficou de me responder pessoalmente, de acordo com as suas próprias palavras, a uma pergunta que lhe fiz. Essa pergunta tinha a ver com a questão do espaço, da atribuição do espaço do antigo colégio, espaço associativo. -----

----- Não recebi essa resposta, certamente não é por menor consideração que tem pela minha pessoa, isto não é uma questão pessoal, conhecemo-nos há mais de trinta anos, mas de qualquer forma voltava-lhe a colocar a questão de saber se esse espaço que deveria de ser um espaço aberto a todas as associações e nomeadamente àquelas que têm contribuído e que têm uma actividade para o desenvolvimento do concelho, não estão lá representadas pelo menos duas instituições. Falo daquela que eu represento e que presido, a Matriz e continuo sem saber as razões, pelas quais não foi atribuído ou não fomos convidados a candidatarmo-nos àquele espaço. Era Tudo!” -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que depois de cumprimentar todos, disse o seguinte: “(...)Muito obrigado, de facto as piscinas era algo muito desejado e que felizmente têm tido muita gente, até listas de espera têm, mas eu também penso que esse período terá que ser um bocadinho clarificado e também se clarificará agora a partir da altura em que o regulamento das taxas entrar em vigor. Se calhar as coisas naturalmente arrumam-se um bocadinho mais.” -----

----- Referiu ainda que algumas classes pareciam um pouco desfalcadas porque apesar das pessoas estarem inscritas, depois não apareciam e iam limitar a entrada de outras pessoas.-----

----- Relativamente ao espaço associativo, disse que: “(...)tinha dado orientações no sentido de haver uma carta, tal como tinha havido aqui o compromisso e até se calhar foi erro da minha parte, porque eu tinha falado nisso também com o Vereador Hélder e tinha me sido dito que tinha havido uma resposta, que tinha havido uma correspondência por escrito com a Matriz. Eu posso ter enrolado as coisas relativamente a isso e se não houve, eu próprio portanto, terei todo o gosto, como é óbvio e consideração em assinar essa carta a explicar melhor a situação”.-----

----- Disse ainda que houve uma conversa com a outra associação, no sentido de saber se se sentiam lesados por não terem obtido um espaço naquele local, tendo sido transmitido que não se sentiam prejudicados, porque precisariam de um espaço maior e solicitaram o apoio da Câmara Municipal.-----

----- Por último, quanto à Matriz, disse que iriam falar e voltar a analisar a situação.-----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE; ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE:-----

----- A) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à apreciação.-----

----- Interveio a senhora Helena Loermans, que referindo-se à vigésima oitava página, na última linha, onde se lia: “...faço parte destas eleições para a Assembleia”, devia-se ler: “...faço parte desde as últimas eleições para a Assembleia”. Esta proposta de rectificação foi devidamente aprovada. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi o texto definitivo daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, cinco abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

----- B) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à apreciação. -----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da

Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

----- Interveio a senhora Vanda Ribeiro que referindo-se ao mapa da correspondência expedida, na primeira página, no quinto assunto, perguntou o que continha a “Lista Anexa” dos “Destinatários”. Referindo-se ainda ao mapa da correspondência recebida, na sétima página, na última referência, solicitou que fosse feito um balanço ou dada uma informação sobre os assuntos debatidos nas últimas reuniões do Conselho Municipal de Educação. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que a “Lista Anexa” continha um rol de pessoas a quem era enviado o mesmo ofício. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou, relativamente ao Conselho Municipal de Educação, que eram lavradas actas das reuniões, as quais poderiam ser enviadas à senhora Vanda Ribeiro. -----

----- Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro que relativamente ao Conselho Municipal de Educação, informou que o balanço era positivo, as reuniões eram muito interessantes e tinham vindo a analisar questões estratégicas em termos de educação. -----

----- Revelou ainda que numa das reuniões havidas tinham abordado a questão da rede social, tendo havido um debate acalorado em termos de discussão com o representante do Ministério da Educação, quanto à eventual suspensão de escolas, sendo essa questão exposta numa das sessões da Assembleia Municipal. -----

----- Disse ainda que a reunião que constava no mapa da correspondência recebida era referente às candidaturas das escolas ou outras instituições em termos de formação profissional e de oferta formativa. Informou também que nessa matéria, a Direcção Regional de Educação obrigava ao parecer do Conselho Municipal de Educação. Disse que aquela reunião destinava-se à apresentação de propostas em termos de cursos de formação profissional, no sentido de compatibilizar e verificar se a oferta que se pretendia dar aos jovens do concelho de Odemira

seria a mais adequada em termos de potencialidades e necessidades do território.-----

----- Interveio a senhora Dulce Raposo que referindo-se ao mapa da correspondência recebida, na sétima página, no octogésimo segundo assunto, questionou quais eram as obras a realizar em São Teotónio, e bem assim se essas obras seriam as que o senhor Presidente da Junta de Freguesia considerava que eram necessárias ou se seriam aquelas que iriam ser efectuadas naquela freguesia.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu que o ofício tinha sido enviado pela Assembleia de Freguesia de São Teotónio para conhecimento, tendo ele enviado cópia a cada representante das forças políticas com assento na Assembleia Municipal. -

----- Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que se tratavam de situações que a Junta de Freguesia tinha vindo a alertar ao longo dos tempos e que eram obras necessárias para aquela localidade.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que iria remeter fotocópia da carta enviada à Assembleia de Freguesia de São Teotónio ao senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO:-----

----- Interveio o senhor José Ribeiro que fez a seguinte intervenção:-----

----- “A minha intervenção, poderá parecer “Ficção”, mas não é.-----

----- A atitude do Governo do Partido Socialista no “recuo ou marcha-atrás” justifica que aplauda a nova localização do Aeroporto para Alcochete, aplauda e congratule-me com o recuo ou o que lhe quiserem chamar, quanto ao não pagamento em vergonhosas prestações dos vergonhosos aumentos das pensões.-----

----- Ao recuo ou o que lhe quiserem chamar ao fecho das urgências que o Governo do P.S. pretendia. -----

----- Aplaudo a entrevista que o Senhor Ministro Mário Lino deu ao Diário de Notícias do dia 17 do corrente, em que diz “não estou arrependido de ter pertencido ao P.C.P., pelo contrário”. -----

----- Mas a arrogância e a falta de humildade estiveram sempre presentes. -----

----- Como diria José Gil “os brandos costumes escondem uma violência subterrânea enorme”. -----

----- Mas...voltemos ao presente: - passemos à pirâmide do descontentamento. -----

----- No que respeita a telemóveis, batemos a França, a Alemanha e a Itália, o que é certamente um sinal de subdesenvolvimento. -----

----- Mas pasme-se que na freguesia onde vivo, S. Luís, com uma população aproximadamente de 2.500 pessoas, não há médico de família. No entanto e devido à carolice de uma senhora de seu nome Antonieta Diogo que com o seu esforço e dedicação consegue que cerca de 70 pessoas dêem sangue. -----

----- Ainda me lembro de ter de engolir “sapos” por razões políticas...hoje é o Governo do Partido Socialista que engole SAP’S e que transforma corredores de hospitais em enfermarias. -

----- Não...não vou falar dos serviços de saúde que não existem. -----

----- Não vou falar dos 35 mil euros que o Senhor Teixeira Pinto vai receber de pensão até ao fim da vida. -----

----- Não vou falar dos que ganham 300 euros ou menos de reforma. -----

----- Não vou falar de alguns administradores ganharem mais do que 300 euros por mês, nem dos 500 mil desempregados e das suas famílias, nem vou falar dos muitos pobres que já vivem na autêntica miséria. -----

----- Não vou falar dos ricos cada vez mais gordos...pois como todos sabemos a obesidade

é prejudicial à saúde. -----
----- Há os que não comem para não engordar e os que não engordam porque nada têm para comer. - -----
----- Não vou falar dos programas de receitas gastronómicas quando morrem 26.000 crianças com fome. -----
----- De Luís Sttau Monteiro relembro uma frase “dar ao pobre pão que lhe baste para se conservar vivo até morrer de fome”.-----
----- Não vou falar que o Senhor Ministro do Ambiente diz que a culpa das cheias é da responsabilidade dos autarcas. -----
----- Mas aplaudo que o senhor Ministro do Ambiente viesse mostrar-se na televisão, até porque muitos de nós nunca o tínhamos visto. -----
----- É habitual abrirem-se inquéritos, o que não é habitual é dar a conhecer os seus resultados.-----
----- Continuando nas desigualdades sociais queria lembrar um filme dos “irmãos Cohen” cujo título é: “Este País não é para velhos” se fosse eu o realizador deste filme em Portugal mudaria o título para “Estes velhos não querem este País”.-----
----- Triste não é mudar de ideias. -----
----- Triste é não ter ideias para mudar. -----
----- Não vou falar, mas pergunto da falta de justiça na injustiça que todos estamos sujeitos. Isto vem a propósito de uma notícia do Jornal Público que cerca de 600 reclusos ainda tenham nas suas celas baldes como se de sanitas se tratasse. -----
----- A nível de higiene neste caso a ASAE poderia ter um papel importantíssimo, que era o de fechar de imediato estes “estabelecimentos”. -----
----- Exijo um País, onde a irritabilidade do Senhor Primeiro Ministro no que respeita a manifestações, impere a tolerância e sem cargas policiais.-----

----- Esta minha intervenção poderá parecer uma exposição de memórias mas não. É a realidade do meu País. -----

----- Queria pedir se me for permitido, ajuda ao Partido Socialista, para implantar uma pequena empresa de “furos nos cintos” pois, cada vez mais, a isso são os trabalhadores obrigados. -----

----- Por outro lado, como os tão badalados empreendimentos turísticos que se avizinham, não posso deixar de dizer que não quero um turismo com um Concelho, mas sim um Concelho com turismo. -----

----- Termino fazendo minhas as palavras do grande Senhor Brasileiro de nome Millôr Fernandes e que dizia do seu Brasil “este País tem um enorme passado pela frente ou, se preferirem, um enorme futuro por trás”. -----

----- Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que alertou para uma situação que estava a acontecer na sua freguesia com os emigrantes. Informou que não tinha qualquer espécie de rancor ou racismo em relação às pessoas emigrantes da sua freguesia. Disse ainda que há cerca de dois anos tinham vindo a notar o aumento de famílias de emigrantes de leste em São Teotónio. Estranhamente, à noite, era frequente ver a vaguear nas ruas, grupos de miúdos em idade escolar. -----

----- Revelou ainda que aquele problema já tinha sido levantado numa reunião da Comissão Social Inter-Freguesias, pelo Comandante da Guarda Nacional Republicana de São Teotónio. --

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que perguntou se havia a percepção de que pudesse existir algum tipo de ilegalidade ou se se tratavam de emigrantes legalizados. -----

----- Interveio novamente o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que disse “eventualmente os pais poderão estar legais, mas as crianças são uma realidade nova. De noite são as crianças na rua e durante o dia se formos às

esplanadas de São Teotónio, são muitos homens que estão os dias inteiros lá. Alguma coisa se passa. Com o aumento da situação queremos talvez um dia jogar a mão e ser tarde de mais”. ----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse: “O que me está a dizer não tem nada a ver com supostos crimes. Terá a ver apenas com a falta de enquadramento das crianças, nomeadamente em termos escolares, eventualmente em termos de sobrelotação de casas, deficiência de acompanhamento.” -----

----- Interveio novamente o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que disse que inclusivamente a preocupação das pessoas, nomeadamente as que residiam na avenida das escolas era em relação às crianças andarem nas ruas sujeitas a sofrerem acidentes com automóveis.-----

----- Interveio a senhora Dulce Raposo que confirmou a situação preocupante apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio. -----

----- Informou ainda que devido à aposentação de uma médica em São Teotónio e à saída de outra há tempos, cerca de dois mil habitantes tinham ficado sem médico de família. Relembrou que a maioria daquelas pessoas eram já de idade, tinham dificuldades financeiras e de locomoção para se deslocarem ao centro de Saúde de Odemira às consultas habituais. -----

----- Seguidamente apresentou o Protesto que seguidamente se transcreve na íntegra: -----

----- **“PROTESTO”**-----

----- Em 24 de Novembro de 2007 foi inaugurado o Complexo Desportivo Municipal Dr. Justino Santos, tendo sido descerrada uma placa na presença do senhor Ministro da Presidência, do Senhor Presidente da Câmara de Odemira e do Senhor Dr. Justino Santos. -----

----- Com espanto nosso e de muitos concidadãos do nosso Concelho, por trás da mesma placa “meio escondido”, diz o seguinte: **“a obra do complexo teve início em Novembro de 1998 e terminou em Novembro de 2007.”** -----

----- No documento distribuído nesse dia a convidados e comunicação social, com o título

“Um pouco de história”, diz que o Complexo está integrado na Zona Desportiva e Escolar de Odemira e embora tenha sido pensado e projectado desde finais da década de 80, o seu Plano de Pormenor foi aprovado uma década depois. -----

----- Diz que «o Complexo partiu de uma ideia inicial prevendo um campo de futebol e o Pavilhão Municipal, tendo o Pavilhão sido concluído em 1993. Em 1995 transfere-se o campo de futebol para a localização actual e constrói-se a pista de atletismo, ambos em terra batida, e em 1997 constroem-se os balneários de apoio ao campo, incluindo posto médico. -----

----- Posteriormente executaram-se as bancadas e zonas de apoio ao público, relvado sintético, iluminação e pista de atletismo em piso “tartam” e por último a Piscina Municipal, cuja conclusão foi nesta data.»-----

----- Porque a história não se consegue apagar, pelo respeito que devem merecer todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a construção do Complexo pela sua dedicação, pelo seu trabalho e pela dignificação do Poder Local Democrático, exigimos que a referida placa seja de imediato substituída repondo a verdade”. -----

----- Interveio o senhor Leonel Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare, que informou que a sua Junta de Feguesia não tinha ninguém para fazer a limpeza das ruas, o que considerava lamentável. Revelou ainda que tinha apenas dois funcionários, um pedreiro e um coveiro. -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que manifestou a sua preocupação relativamente à Ponte sobre o rio Mira, em Odemira, que há muito tempo necessitava de obras de restauração. Referiu também que o trânsito na ponte quando se cruzavam dois carros, por vezes era complexo, a sua aparência não era a melhor e a travessia de peões em dias de chuva era complicada. -----

----- Em face do exposto, solicitou que fosse endereçada uma carta ao senhor Director de Estradas de Portugal – Direcção de Estradas de Beja, com o seguinte teor: -----

----- “Vimos solicitar que nos informem quais as medidas que estão a ser tomadas com vista à resolução dos problemas de escoamento de trânsito e passagem de peões na ponte de Odemira, nomeadamente: -----

----- 1. Será a mesma objecto de algumas obras? Quais os prazos previstos para as mesmas? ---

----- 2. Está previsto ou existe projecto e datas para a construção de uma nova ponte sobre o rio Mira?” -----

----- Por último, questionou para quando estava prevista a construção da ponte pedonal sobre o rio Mira. -----

----- Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que sugeriu que fosse incluído no teor da carta em causa a ligação do concelho de Odemira a Ourique. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que considerou que o pedido de junção não era apropriado, apesar de se tratar de um assunto pertinente. -----

----- Interveio a senhora Maria Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que informou que estava muito desanimada com a ausência de trabalhos por parte da Comissão Municipal de Saúde. Chamou ainda a atenção para tentarem fazer alguma coisa, porque “só o facto de termos conseguido que as urgências funcionassem, vamos lá, com dois médicos e que tivesse sido cá posta aquela viatura, não resolveu os problemas de saúde do concelho de Odemira. Eles permanecem, há muitos que permanecem principalmente a nível dos médicos de família e enfim, outras coisas, a nível de outros equipamentos e de condições nos Centros e nos sítios em que eram feitos atendimentos.” -----

----- Por último, informou que a estrada de São Luís para Vila Nova de Milfontes, recentemente reparada, já tinha começado a abrir buracos. -----

----- Interveio a senhora Telma Guerreiro que informou relatiivamente à Comissão Municipal de Saúde, que os seus sentimentos eram idênticos aos apresentados pela senhora

Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, pelo que considerou que deveriam agendar para breve uma reunião daquela Comissão. -----

----- Relativamente à Folha da Assembleia, cujo primeiro exemplar tinha acabado de sair, referiu que em nome da Comissão Permanente estavam muito satisfeitos, e bem assim informou que estavam receptivos a opiniões e críticas construtivas. -----

----- Por último, disse que tinha vindo a ler e a ouvir falar de possíveis investimentos turísticos no concelho de Odemira. Disse também que “há muitos números sobre camas, há vários números sobre dinheiro que vai ser investido e também começam a aparecer números sobre emprego. A pergunta é: o que é que o Executivo de Odemira está a fazer no sentido de promover que esses empregos venham para gentes de Odemira. -----

----- Temos muito desemprego no concelho, também já vamos tendo felizmente alguma qualificação, temos vários cursos tanto na Escola Profissional com na Escola Secundária, de jovens que têm qualificações, provavelmente para trabalhar nessas áreas e muito se tem pensado em muitas outras formações para melhorar dentro dessa área”. -----

----- Interveio o senhor Tito Palma, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que perguntou em que situação se encontrava o troço da estrada de Vila Nova de Milfontes para São Luís, depois o Galeado, que tinha ficado por pavimentar. -----

----- Informou ainda que tinha recebido várias queixas por parte da população e dos CTT, por causa da publicidade dos hipermercados Aldi e Lidl. Disse ainda que a publicidade, principalmente do Lidl não era feita da melhor forma, porque acumulava lixo nas ruas da vila e entupia as caixas do correio das pessoas. -----

----- Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que lembrou que há cerca de dois anos tinha havido uma recomendação da Assembleia Municipal sobre os horários dos comboios no sentido Tunes/ Beja, para servir fundamentalmente as freguesias que tinham caminhos-de-ferro. -----

----- Disse ainda que apesar do ofício enviado ao senhor Presidente do Conselho de Gerência da empresa Comboios de Portugal, continuava a não ser possível ir a Beja e voltar de comboio no mesmo dia. Considerou ainda que, com o actual aumento dos combustíveis, a existência de comboios com horários compatíveis seria uma boa alternativa. -----

----- Em face do exposto, perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal se tinha obtido alguma resposta ao ofício enviado. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que agradeceu aos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia a colaboração na distribuição da Folha da Assembleia junto da população, e bem assim apelou “se assim o entendessem e no interesse da juventude do nosso concelho, procurem se fosse possível que esta Folha chegue às mãos da juventude, mas de uma forma activa.”-----

----- Solicitou também que houvesse uma prevenção relativamente às autópsias, porque com alguma frequência vinham acontecendo em Odemira problemas relacionados com o tempo de espera. Disse ainda “hoje o Diário de Notícias trouxe mais uma reportagem sobre o episódio que se passou recentemente. Que fique bem claro que ao trazer aqui este assunto, não estou a tomar posição a favor de quem quer que seja, porque considero que a notícia se reporta digamos, a uma versão dos acontecimentos não é? e que porventura podemos não estar na posse de outras situações. -----

----- Mas queria apenas trazer aqui este assunto para pedir ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira que da forma que entendesse mais conveniente, ouvindo ou não as pessoas e entidades que lhe parecessem que deveriam ser ouvidas, que procurasse articular esta questão, por forma a que de facto seis dias não é tempo para isto, porque é muito tempo para as famílias, independentemente dos motivos, sejam motivos de ordem médica, sejam outros. Eu acho que é razoável que uma autópsia no máximo até três dias (...). É doloroso para as famílias que se tenham de confrontar com esta situação, não é agradável penso eu, para o

Município, porque traz sempre o nome de Odemira pelos motivos que não são talvez aqueles que nós desejaríamos que fossem”.-----

----- Por último informou que a Assembleia Municipal em cooperação com a Vereação da Cultura do Município de Odemira estava a tentar realizar uma Assembleia Jovem durante o mês de Abril. Em face do exposto agendou uma reunião da Comissão Municipal de preparação da Assembleia Municipal Jovem para o próximo dia quinze de Março, sábado, pelas catorze horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Assembleia Municipal, na Biblioteca Municipal José Saramago, em Odemira.-----

----- Ficou ainda agendada para o mesmo dia, no mesmo local, às dezasseis horas e trinta minutos, uma reunião da Comissão Eventual da Saúde.-----

----- Não havendo oposição à marcação de ambas as reuniões, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que posteriormente seguiriam as respectivas convocatórias. ---

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que tinha tomado nota da questão dos emigrantes em São Teotónio. Revelou ainda alguma preocupação relativamente ao estilo de vida daquelas pessoas, nomeadamente onde viviam, o que comiam e o que faziam. Disse ainda que já tinha falado com o senhor Comandante da Guarda Nacional Republicana que inclusivamente lhe tinha transmitido que por vezes aquelas pessoas desapareciam da freguesia por um determinado tempo, desconhecendo-se o seu paradeiro. -----

----- Em face do exposto, informou que iria contactar o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o senhor Governador Cível e o senhor Alberto Matos, da Solim, no espaço emigrante, em boa hora, criado em Odemira. -----

----- Em relação à placa do Complexo Desportivo referiu que havia um lapso que já tinha sido detectado, pelo que naturalmente iriam rectificar.-----

----- Quanto à ponte sobre o rio Mira, informou que a mesma tinha sido objecto de alguns ensaios e testes há algum tempo atrás, faltando apenas um teste que implicava o encerramento

da ponte num horário de muito tráfego, facto com que a Câmara Municipal não tinha concordado. Disse também que concordava com o teor da carta a enviar ao senhor Director de Estradas de Beja, porque a ponte estava cheia de buracos e no inverno os peões ficavam todos molhados. Revelou ainda que a Direcção de Estradas de Beja não tinha permitido à Câmara Municipal que alcatroasse o tabuleiro da ponte, na altura em que foram pavimentadas as ruas da vila. -----

----- Em relação à ponte pedonal sobre o rio Mira, informou que o modelo estava escolhido, estavam a ponderar se o saneamento básico da zona do Bairro das Barreiras Vermelhas seria agregado à ponte ou passaria por baixo do rio, e bem assim a questão do apoio financeiro, porque considerava que aquela obra, apesar de ser necessária, muito dificilmente se faria sem um apoio comunitário. -----

----- Em relação ao turismo, informou que a entrevista que tinha passado na televisão tinha sido um mau trabalho jornalístico, uma vez que tinha sido escrito o contrário do que tinha sido falado. Referiu ainda que tinha sido dito pelo jornalista que o empreendimento de Vila Formosa tinha pernas para andar, no entanto tinha sido transmitido ao jornalista que a herdade tinha sido vendida e que havia uma indefinição na situação do terreno pelos herdeiros. Tinha dito também que tinha dado entrada na Câmara Municipal, um estudo prévio completo que previa dentro de dois meses, a entrada de um estudo de impacte ambiental. Disse ainda que o investimento rondava os cento e vinte e sete milhões de euros, ao contrário do que tinha sido transmitido que faria parte dos quinhentos milhões de euros disponíveis para Odemira. -----

----- Em relação ao empreendimento do Montinho da Ribeira em Algoceira, disse que havia um estudo prévio e parecer favorável de todas as entidades, condicionado ao estudo de impacte ambiental. -----

----- Em relação ao empreendimento turístico dos Aivados referiu que o promotor tinha manifestado o desejo de levar o projecto por diante e tinha sido avisado que teria de cumprir

todos os pressupostos dos instrumentos de planeamento, para além daqueles que a Câmara Municipal entendesse aplicar. -----

----- Por último, em relação aos empreendimentos turísticos, referiu que o único que tinha dito ao senhor jornalista que tinha “pernas para andar” no primeiro semestre do corrente ano e ele não o tinha mencionado, tinha sido o Eco-Resort Camping, com cerca de trinta e dois milhões de euros em investimento e cerca de cento e cinquenta postos de trabalho. -----

----- Disse também que considerava que aquelas empresas tinham a obrigação de terem em Odemira as sedes sociais. Referiu ainda que estava acordado com as empresas que “todos os estágios e saídas profissionais dos cursos que são feitos em Odemira, (...) têm primazia na oferta de emprego”. -----

----- Em relação aos horários dos comboios, informou que a Refer tinha remetido o pedido para o Gabinete do senhor Secretário de Estado dos Transportes, porque apesar de reconhecerem que tinha havido um lapso, tinham dúvidas em relação a eventual alteração de horários. Informou ainda que tinha pedido o agendamento de uma reunião com o senhor Secretário de Estado dos Transportes, para debaterem aquele e outros assuntos. -----

----- Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que informou que a ponte pedonal de Odemira era um concurso de concepção e construção, que estava a ser revisto face à nova legislação e aguardava licenciamento na Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território – Comissão Coordenação e Desenvolvimento Regional. -----

----- Em relação à estrada de Vila Nova de Milfontes para São Luís, referiu que todas as estradas construídas há muitos anos no concelho de Odemira, com o recurso a poucos meios, terraplanagens e aterros sem controlo, padeciam de males que actualmente eram bem visíveis. No que se referia àquela estrada, disse que tinha dois assentamentos, aos quais também se associava a questão das tonelagens dos camiões que transitavam por ela. Revelou ainda que nenhuma estrada da rede municipal estava preparada para camiões de oitenta toneladas. -----

----- Ainda em relação a este assunto, referiu que durante cinco anos, a responsabilidade a nível de reparação seria do empreiteiro. Disse também que na zona junto à piscicultura, tinha sido necessário fazer o saneamento e logo que o tempo estivesse estável, viriam acabar a obra e reparar o que estava danificado. -----

----- Seguidamente nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos membros deste Órgão, o senhor Presidente da Assembleia interrompeu a sessão para um intervalo de dez minutos. -----

----- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que colocou à consideração dos presentes a inclusão de mais um ponto no Período da Ordem do Dia, com o seguinte título: “Proposta de atribuição de uma Medalha de Mérito Municipal à senhora professora Ana Paula Neto Ferreira Canha: apreciação e deliberação”. -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que, em representação dos eleitos pelo Partido Socialista, disse: “Não nos opomos que fosse aditado, mas como a hora já vai longa, não gostava que isso impedisse que se debatessem alguns assuntos da Ordem de Trabalhos”.-----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que, em representação da Coligação Democrática Unitária, disse: “Como a proposta veio da nossa bancada, independentemente de ser Câmara Municipal ou Assembleia Municipal, não vemos qualquer inconveniente de ser debatida hoje aqui. Como é óbvio cumpra-se o nosso Regimento e quando chegar a uma hora se sobrarem assuntos, terão que ficar para outro dia.” -----

----- Interveio o senhor Fernando Encarnação, em representação da Coligação Por Odemira, que disse: “Dado o adiantado da hora não vejo qualquer inconveniente em que este assunto seja introduzido na Ordem de Trabalhos. Pedia apenas que depois fosse apenas votado, não perdesse-mos tempo com considerações, uma vez que já está aqui tudo contido”.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que concordava

com o que era proposto, no entanto alertava para o facto de haver uma outra senhora professora da mesma escola que também tinha ganho prémios de alguma relevância e ainda não tinham efectuado qualquer tipo de reconhecimento. -----

----- Esta proposta de inclusão foi aprovada por consenso. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE UMA MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL À SENHORA PROFESSORA ANA PAULA NETO FERREIRA CANHA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da presente proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão:-----

----- “3 - Intervenção dos Senhores Vereadores Eleitos pela CDU - Coligação Democrática Unitária-----

----- Pelos Senhores Vereadores Eleitos pela CDU – Coligação Democrática Unitária, foi apresentada a Proposta que seguidamente se transcreve:-----

----- “PROPOSTA-----

----- Licenciada em Biologia pela Universidade de Aveiro, cidade de onde é natural, cedo sentiu o apelo da nobre arte de Ensinar. Professora da Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves em Odemira há mais de uma década, desde sempre manifestou grande capacidade de iniciativa, determinação e entusiasmo contagiante ultrapassando largamente o exigido pelo mero cumprimento dos programas oficiais, quer na sua forma de leccionar quer na dinamização do Clube das Ciências – BIGEO, privilegiando o experimentalismo e as saídas de campo. -----

----- A sua grande disponibilidade para incentivar e apoiar projectos de alunos têm incrementado o interesse e gosto pela Ciência nos vários níveis de Ensino, constituindo um contributo valioso para o desenvolvimento de uma cultura científica nos jovens do nosso Concelho. -----

----- A sua excelência pedagógica, o seu rigor metodológico e perseverança no trabalho, aliados a uma dimensão puramente humana, foram fundamentais para que os projectos dos quais foi Coordenadora fossem distinguidos com Prémios Nacionais e Internacionais, a saber: --

----- 1º Prémio no Concurso Jovens Cientistas e Investigadores 2002, organizado pela Fundação da Juventude, com o projecto “Microtus cabreræ em Odemira”, tendo arrecadado o Prémio Especial de Professora Coordenadora do Projecto, o qual veio a representar Portugal na Final Europeia do Concurso Europeu para Jovens Cientistas em Viena de Áustria, em Setembro desse mesmo ano, onde alcançou o Prémio para a Melhor Apresentação Visual e Oral; -----

----- 3º Prémio no Concurso Jovens Cientistas e Investigadores 2004, organizado pela Fundação da Juventude, com o projecto “Uso da Telemetria na Monitorização de uma população de Microtus cabreræ”, cujos alunos participaram no 15th International Wildlife Research Week em Julho desse ano nos Alpes Suíços; -----

----- 1º Prémio ex-aequo no Concurso Jovens Cientistas e Investigadores 2006, organizado pela Fundação da Juventude, com o projecto “O declínio do Montado, o caso do sobreiro e da azinheira”, tendo arrecadado o Prémio Especial de Professora Coordenadora do Projecto, o qual veio a representar Portugal na Final Europeia do Concurso Europeu para Jovens Cientistas em Estocolmo na Suécia, em Setembro desse mesmo ano, e que representou o nosso País na INTEL ISEF 2007 – Feira Internacional de Ciência e Engenharia dos EUA, em Albuquerque – Novo México, onde alcançou o 3º Prémio numa das categorias, entre 1512 participantes oriundos de 50 países.-----

----- Em 2005, em reconhecimento pelo seu trabalho de orientação de trabalhos científicos realizados pelos alunos, que se têm destacado a nível nacional e internacional, foi convidada pela Fundação da Juventude para representar Portugal na Educator Academy, realizada nos EUA em Phoenix – Arizona.-----

----- Tem sido a grande dinamizadora do Projecto “Osteoteca – Museu de História Natural”

na Escola Secundária onde lecciona. -----
----- Em Novembro de 2007, viu o seu trabalho reconhecido com o Prémio de Mérito –
Inovação, do Prémio Nacional de Professores, organizado pelo Ministério da Educação. -----
----- Neste contexto, pela excelência do seu trabalho, pelo prestigiar da profissão que
desempenha, pelo seu valioso contributo na educação científica dos nossos jovens, pela justeza
dos prémios alcançados, pela divulgação inerente do bom nome do Concelho de Odemira a
nível Nacional e Internacional, temos a honra de propor a professora ANA PAULA NETO
FERREIRA CANHA para atribuição de uma Medalha de Mérito Municipal. -----
----- Odemira, 20 de Dezembro de 2007. -----
----- Os eleitos pela C.D.U. -----
----- a)– Cláudio José dos Santos Percheiro -----
----- a)– Abílio José Guilherme Bejinha -----
----- a)– Manuel da Silva Cruz”. -----
----- A Câmara Municipal deliberou, aprovar por unanimidade, devendo ser presente à
Assembleia Municipal, para apreciação e deliberação”.-----
----- Nos termos do número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A, barra dois
mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e
nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foi deliberado por consenso proceder à
votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----
----- Votantes: trinta e quatro; -----
----- Votos a favor: trinta e quatro votos; -----
----- Votos contra: zero votos; -----
----- Votos (abstenção): zero votos. -----
----- Tendo em conta a votação em epígrafe, a proposta em causa foi aprovada por
unanimidade. -----

----- **Ponto dois:** 2ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 2008: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 1ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da presente proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão: -----

----- “2 - ASSUNTO N.º 0144-2008 - 2.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL - 2008: -----

----- 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; -----

----- 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; -----

----- 1.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS (PAM); -----

----- 1.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI). -----

----- Foi presente a 2ª Modificação Orçamental relativa ao ano de 2008, elaborada nos termos do Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, na 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, na 1.ª Alteração ao Plano de Actividades Municipais (PAM) e na 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que apresentava os seguintes valores: -----

----- **ORÇAMENTO DA RECEITA:** -----

----- Inscrições/Reforços: € 32.000,00 (trinta e dois mil euros); -----

----- Diminuições /Anulações: € 0,00 (zero euros); -----

----- **ORÇAMENTO DA DESPESA:** -----

----- Inscrições/Reforços: € 618.050,00 (seiscentos e dezoito mil e cinquenta euros); -----

----- Diminuições /Anulações: € 586.050,00 (quinhentos e oitenta e seis mil e cinquenta euros); - -----

----- **PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS:** -----

----- Inscrições/Reforços: € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros); -----

----- Diminuições /Anulações: € 0,00 (zero euros); -----

----- PLANO DE PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: -----

----- Inscrições/Reforços: € 214.000,00 (duzentos e catorze mil euros)-----

----- Diminuições/Anulações: € 182.000,00 (cento e oitenta e dois mil euros)-----

----- Propõe-se para aprovação nos termos propostos, e remeter para apreciação e deliberação da Assembleia Municipal. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar, com os votos contra dos Senhores Vereadores da CDU – Coligação Democrática Unitária.” -----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquele assunto, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, dez votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto três:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO:-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que lembrou o ofício número quatro mil quatrocentos e vinte e oito, datado de vinte e seis de Fevereiro, enviado pela Câmara Municipal, o qual continha em anexo a alteração das páginas vinte e cinco a vinte e nove do relatório em causa que por lapso de importação dos dados estavam incorrectas. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São

Luís, que referindo-se à quadragésima nona página, solicitou esclarecimentos sobre “Estratégias de Desenvolvimento para o Interior e Fundos de Financiamento disponíveis”. -----

----- Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que referindo-se à quarta página, na sonorização de eventos – Jantar comemorativo da Comissão Política Concelhia de Odemira do Partido Socialista, perguntou: “se este equipamento era o da Câmara, só me apraz que esteja arranjado, porque nós sempre que pedimos, nunca tivemos direito ao equipamento ou se foi alugado.” -----

----- Por último, referindo-se à décima página, pediu esclarecimentos sobre o “Pedido de cedência de um lote de terreno em direito de superfície, Loteamento Industrial da Quinta do Gato, da Junta de Freguesia de Salvador”. -----

----- Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro que relativamente à reunião em Santa Clara-a-Velha, informou que a mesma tinha sido solicitada pelo senhor Floriano Francisco, que tinha enviado cerca de oitocentos e cinquenta e sete emails para a Câmara Municipal de Odemira a solicitar uma reunião para apresentar as suas ideias. Disse ainda que tinha estado presente com o pessoal técnico florestal, porque um dos temas abordados era referente às ZIF’s, Zonas de Intervenção Florestal. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira que solicitou ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria que lhe fornecesse as datas dos pedidos de sonorização à Câmara Municipal para verificar com o Gabinete de Imprensa e Relações Públicas o porquê do material não ter sido cedido. Relembrou também que o equipamento em causa era bastante solicitado, porém lembrava que não era cedido para bailes, exceptuando uma ou duas vezes, relativamente às Associações de Estudantes. -----

----- Disse ainda que o equipamento era o mesmo que tinha sido solicitado para várias iniciativas de outras forças partidárias. -----

----- Por último, relativamente ao Loteamento da Quinta do Gato, informou que a Junta de

Freguesia de Salvador tinha enviado um requerimento à Câmara Municipal, solicitando a cedência daquele espaço para construção de um casão para guardar determinados equipamentos. Informou ainda que a possibilidade do pedido tinha sido visto na Câmara Municipal e estava no momento a ser analisado. -----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que referiu que a questão da cedência do terreno ainda não tinha sido apreciada na reunião da Câmara Municipal. -----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que o que tinha dito era que o requerimento estava em análise na Câmara Municipal e não tinha falado do Executivo Municipal. -----

----- **Ponto quatro:** REGULAMENTO DA PISCINA MUNICIPAL DE ODEMIRA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da presente proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão:-----

----- “4 - ASSUNTO N.º 0092-2008 - REGULAMENTO DA PISCINA MUNICIPAL DE ODEMIRA-----

----- Foi presente a informação n.º 107/2008, datada de 30/01/2008, elaborada pela Divisão de Desporto e Tempos Livres, a dar a conhecer que, o projecto do Regulamento da Piscina Municipal de Odemira, foi publicado no D.R., 2ª série, n.º 237 de 10 de Dezembro – Aviso n.º 24260/2007, e que este, se encontrou em apreciação pública pelo período de 30 dias úteis a contar da data da respectiva publicação. Durante este período não foi dirigido a este Município qualquer sugestão de alteração.-----

----- Propõe-se a aprovação definitiva do Regulamento da Piscina Municipal de Odemira, bem como que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal de acordo com a alínea a), n.º6, do art. 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquele assunto, tendo sido aprovado por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto cinco:** REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE ACTIVIDADE DESPORTIVA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da presente proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão: -----

----- “3 - ASSUNTO N.º 0091-2008 - REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE ACTIVIDADE DESPORTIVA-----

----- Foi presente a informação n.º 112/2008, datada de 31/01/2008, elaborada pela Divisão de Desporto e Tempos Livres, a dar a conhecer que, o projecto de Regulamento de Atribuição de Prémios de Actividade Desportiva, foi publicado no D.R., 2ª série, n.º 243, de 18 de Dezembro – Regulamento n.º 337/2007, e que este, se encontrou em apreciação pública pelo período de 30 dias úteis a contar da data da respectiva publicação.-----

----- Durante este período não foi dirigido a este Município qualquer sugestão de alteração.

----- Propõe-se a aprovação definitiva do Regulamento de Prémios de Actividade Desportiva, bem como que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal de acordo com a alínea a), n.º6, do art. 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos

termos propostos”.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquele assunto, tendo sido aprovado por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto seis:** ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO BAR-RESTAURANTE SITO NO JARDIM DA FONTE FÉRREA, EM ODEMIRA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da presente proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão: -----

----- “2 - ASSUNTO N.º 0079-2008 - ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO BAR-RESTAURANTE SITO NO JARDIM DA FONTE FÉRREA.-----

----- Foi presente a informação n.º 11/08, datada de 18/01/2008, relativa à alteração do Regulamento do Bar - Restaurante, sito no Jardim da Fonte Férrea, nos seus artigos 1º, em virtude da remodelação e ampliação do bar - restaurante do jardim da fonte férrea, com vista à adaptação do espaço às condições de funcionamento exigidas com a legislação em vigor e vistoria da ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, consistindo na ampliação do edifício existente com cerca de 20,11 m², sendo a área total do edifício a licenciar de 121,64 m².-----

----- Propõe-se a alteração dos artigos 1º e n.º 1 do artigo do regulamento, de modo a que o Município possa manter as condições de funcionamento do espaço em apreço respeitando por tal o contrato existente com o explorador do bar em causa, com a nova redacção:-----

----- “ Artigo 1º.-----

----- Para efeitos da aplicação do presente regulamento, o espaço em causa compreende, o

edifício principal, a zona de esplanada e a zona de arrumos, ou outros desde que expressamente autorizados ou executados pela Câmara Municipal.” -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos e remeter o assunto à apreciação da Exma. Assembleia Municipal. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos”.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquele assunto, tendo sido aprovado por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto sete:** RELATÓRIO DA COMISSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AVERIGUAÇÃO DA ALEGADA UTILIZAÇÃO ABUSIVA DE UMA VIATURA E DE IMAGENS INTERNAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA, DURANTE A CAMPANHA PARA A ELEIÇÃO DE ÓRGÃOS LOCAIS: Foi presente o relatório em epígrafe que seguidamente se transcreve na íntegra: -----

----- “RELATÓRIO DA COMISSÃO EVENTUAL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA PARA AVERIGUAÇÃO DA ALEGADA UTILIZAÇÃO ABUSIVA DE UMA VIATURA E DE IMAGENS INTERNAS DA CMO DURANTE A CAMPANHA PARA ELEIÇÃO DE ÓRGÃOS LOCAIS -----

----- I – Preâmbulo-----

----- Na sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Odemira realizada no dia 26 de Fevereiro de 2006 foi aprovada, por proposta da CDU apresentada pela Snrª deputada municipal Maria da Piedade Barradas, a constituição de uma comissão eventual para produção de um relatório "que analise com profundidade os factos objecto do protesto apresentado em 30

de Setembro de 2005 pela CDU".-----

----- Na sessão ordinária da Assembleia Municipal do concelho de Odemira realizada no dia 30 de Setembro de 2005 a CDU, por intermédio do Snr deputado municipal Manuel Cruz, apresentou um protesto que consta da acta daquela sessão e que aqui se transcreve. -----

----- *"Os membros eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Odemira, denunciam e protestam pela utilização abusiva de documentos internos da Câmara em jornais eleitorais do Partido Socialista.*-----

----- *Como se isso por si só não bastasse, chegou-se ao cúmulo de uma viatura municipal com a matrícula 57-85-QP, da marca Citroen, deslocar-se a Lisboa a uma tipografia para transportar materiais de propaganda política do Partido Socialista.*-----

----- *É o abuso de poder, é a postura do "eu quero posso e mando", é a utilização de dinheiros públicos, é a desorientação e é, acima de tudo, a falta de respeito pelos cidadãos do nosso Concelho.*-----

----- *Por todas estas razões, condenamos todas as atitudes dos eleitos do Partido Socialista e propomos que esta Assembleia em prol da dignificação do Poder Local Democrático, responsabilize os autores de tais actos."*-----

----- Relativamente a este protesto e no decurso da mesma sessão da Assembleia Municipal, tal como reza a respectiva acta a fls 11 verso, o Snr Presidente da Câmara Municipal de Odemira, António Camilo, disse o seguinte: -----

----- *"Quanto ao protesto apresentado pelo senhor Manuel Cruz, informou que tinha tomado nota da matrícula do carro mencionado e iria tentar junto dos serviços saber o que se tinha passado. Disse ainda que esperava que o senhor Manuel Cruz posteriormente apresentasse prova do que estava a referir, e bem assim informou que na altura em que o poder na Câmara Municipal era outro, também existiam boatos e carros com propaganda e nunca tinha havido protestos na Assembleia Municipal.*-----

----- *Por último, disse que não iria falar em campanhas porque estava ali na qualidade de Presidente da Câmara e não enquanto candidato do Partido Socialista.* -----

----- II - Relato das restantes intervenções sobre o assunto designadamente em sessões da Assembleia Municipal -----

----- 1. Da acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Odemira realizada no dia 23 de Dezembro de 2005 constam as intervenções do Snr deputado municipal Ricardo Cardoso, eleito nas listas do Partido Socialista, e do Snr presidente da Câmara Municipal de Odemira, António Camilo, que se passam a transcrever. -----

----- *"Interveio o senhor Ricardo Cardoso que referindo-se ao Protesto apresentado pelo senhor Manuel Cruz, na sessão ordinária realizada no dia trinta de Setembro do corrente ano, apresentou um desmentido ao assunto em questão, uma vez que tinha integrado o Secretariado Concelhio do Partido Socialista, aquando da campanha.*-----

----- *Disse ainda que: "o próprio Presidente da Câmara, nessa mesma Assembleia Municipal, disse que deveria ser provado, não bastava ser dito, mas sei que isto vai cair no esquecimento e está escrito, gostava que ficasse o desmentido também escrito".* -----

----- *Referiu que quando falavam no Protesto do uso abusivo de documentos internos da Câmara Municipal em jornais eleitorais, gostaria que tivessem sido mais explícitos na acusação, porque se estivessem a referir às fotografias, muitas que apareciam no Boletim do Município eram fornecidas por particulares. Ainda em relação a este tema, sugeriu que junto das fotografias que eram colocadas no Boletim Municipal, fosse indicada a fonte.* -----

----- *Quanto à viatura municipal usada para transportar materiais de propaganda política, considerou que se tinha tratado de uma "desatenção muito grave" de quem elaborou o protesto, uma vez que o senhor Manuel Cruz fazia parte do Conselho de Administração da Fundação Odemira e deveria saber que, ela se encontrava ao serviço da Fundação de Odemira através de um protocolo.*-----

----- Por último e quando era referido no protesto "a postura do eu quero posso e mando", " a desorientação" e "a falta de respeito pelos cidadãos do nosso concelho", disse que provavelmente se estariam a referir às tarjas que tinham sido por eles distribuídas aquando das eleições e que ainda não tinham sido retiradas. -----

----- Disse ainda que o rigor também em campanha eleitoral deveria ser cumprido e a palavra "votem" nas tarjas não poderia ser utilizada em qualquer período de campanha." -----

----- (intervenção do deputado municipal Ricardo Cardoso)-----

----- "Em relação à intervenção do senhor Ricardo Cardoso e nomeadamente à utilização do veículo da Fundação Odemira, considerou que as outras forças políticas deveriam ter utilizado também a gráfica da Fundação, pois seria uma forma de ajudar aquela entidade a ultrapassar a sua situação financeira." -----

----- (intervenção do presidente da Câmara Municipal de Odemira, António Camilo) -----

----- 2. Em 9 de Fevereiro de 2006 foi endereçado ao presidente da Assembleia Municipal de Odemira um requerimento pelo senhor José Luís Vaquinhas Coelho de Aguiar, pelo qual, e relativamente ao protesto apresentado pela CDU na sessão da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2005, se pretendia que fosse esclarecido sobre a decisão deste órgão sobre o assunto e se havia sido instaurado inquérito pela entidade competente. -----

----- Sobre este requerimento houve despacho do presidente da Assembleia Municipal e foram prestados esclarecimentos àquele cidadão pelo ofício nº 49 de 17/02/2006. -----

----- Pelo mesmo despacho foi deliberado submeter aquele requerimento à apreciação e eventual deliberação da Assembleia Municipal na sessão de 22/02/2006.-----

----- 3. Na sessão ordinária da AM realizada em 22/02/2006 foi apresentada pela CDU a proposta de criação da comissão eventual referida no preâmbulo deste relatório e que se passa a transcrever: -----

----- "Os eleitos da CDU - Coligação Democrática Unitária, abaixo assinados, devido à

intervenção proferida pelo membro desta Assembleia Sr. Ricardo Cardoso, na sessão da Assembleia Municipal do dia 23 de Dezembro de 2005, na qual apresentou um desmentido ao protesto apresentado em nome da CDU, na sessão de 30 de Setembro de 2005, dizendo que "o Sr. Presidente da Câmara convidou os promotores do protesto a provar o que afirmavam", referindo que o senhor Manuel Cruz, ex-membro desta Assembleia, tinha tido uma desatenção muito grave", pois fazendo parte da Fundação de Odemira deveria saber que a viatura 57-85-QP, da marca Citroen, se encontrava ao serviço daquela Fundação. -----

----- Entre outras acusações, e para que de uma vez por todas se esclareça o ocorrido "e para que isto não vá cair no esquecimento", tal como dizia o membro desta Assembleia Sr. Ricardo Cardoso, nos termos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e do artº 10º do Regimento desta Assembleia, propomos: -----

----- 1- Que seja constituída uma Comissão Eventual, pelo período necessário para produção de um relatório, que analise com profundidade os factos objecto do protesto apresentado em 30 de setembro de 2005 pela CDU; -----

----- 2- Que esta Comissão seja constituída por representantes de todas as forças políticas com assento nesta Assembleia, com respeito pela sua representatividade. -----

----- Odemira, 22 de Fevereiro de 2006. -----

----- Os eleitos da CDU"-----

----- O presidente da AM colocou à apreciação dos presentes na sessão a referida proposta da CDU. Conforme consta da acta respectiva fizeram sucessivamente intervenções sobre a proposta os senhores deputados municipais Ricardo Cardoso e Raul Tomás, o snr presidente da CMO, o snr vereador Cláudio Percheiro, o snr deputado Ricardo Cardoso e o snr presidente da AM. ---- -----

----- A proposta foi posta à votação e aprovada por maioria. -----

----- 4. No período de intervenção aberto ao público da sessão ordinária da AM de 22/02/2006 pediu a palavra o sr Pedro de Aragão Morais e, tendo-lhe sido concedida, referiu que na sua qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Fundação de Odemira estava disponível para prestar todos os esclarecimentos à comissão eventual que a AM tinha deliberado constituir.-----

----- Sobre a utilização da viatura mencionada no protesto da CDU referiu que "...O que me parece que está aqui verdadeiramente em causa é só e, tão só, se houve da parte da Fundação uma interpretação abusiva ou não de um protocolo que existe...".-----

----- Na sua intervenção esclareceu ainda que:-----

----- - o protocolo aprovado entre a CMO e a Fundação Odemira abrangia a aquisição de um conjunto de equipamentos, nestes se incluindo duas viaturas;-----

----- - as duas viaturas foram adquiridas pela CMO mas foram entregues à Fundação Odemira no âmbito do protocolo e para usufruto integral das mesmas, competindo a esta todos os custos de manutenção, de substituição de pneus, de inspecção, de gasolina, etc.;-----

----- - a Fundação Odemira tem utilizado as duas viaturas "o mais possível para as mais diversas finalidades";-----

----- - a oficina gráfica da Fundação Odemira tem um acordo com uma Gráfica de Lisboa, fazendo esta os trabalhos que aquela não consegue fazer por questões de ordem tecnológica;---

----- - "ao longo destes quatro anos estas carrinhas têm ido muitíssimas vezes, por ano, buscar trabalhos gráficos lá acima";-----

----- - "uma dessas carrinhas trouxe para baixo, para além de outros trabalhos de outros clientes, trouxe também de facto umas peças de um conjunto mais alargado que o Partido Socialista tinha encomendado à Gráfica da Fundação";-----

----- - "Houve um outro partido do nosso concelho que também durante esta campanha, nos pediu um orçamento para fazer um almoço de confraternização ou de apresentação de

candidatos. Pediram-nos orçamento e depois esse partido, não sei, talvez porque arranhou uma estimativa mais barata, uma coisa mais em conta, mas nós naturalmente se tivéssemos adjudicado o serviço, nós tínhamos usado também naturalmente essas carrinhas para esse efeito";- -----

----- Finalizando a sua intervenção, o Snr Pedro Aragão Morais afirmou o que consta da acta respectiva e que aqui se transcreve: -----

----- "*Queria deixar aqui bem claro que, do nosso ponto de vista, está perfeitamente, quer a Câmara Municipal quer o Partido Socialista em causa, ilibados desta questão.*"-----

----- 5. Constava do ponto 3 do período da ordem do dia da sessão ordinária de 22/02/2006 da AM a apreciação da exposição do cidadão José Luís Vaquinhas Coelho de Aguiar a que acima se fez referência. -----

----- Sobre esta exposição registaram-se intervenções do snr presidente da AM, do snr presidente da CMO, dos snrs deputados municipais Maria Luísa Palma e Valdemar Silvestre e do snr vereador Cláudio Percheiro, as quais se encontram resumidas na acta da sessão. -----

----- Sobre esta exposição a AM deliberou, por unanimidade, aguardar os resultados do relatório a produzir pela Comissão Eventual que seria submetido posteriormente à AM, tendo disso sido informado o mencionado cidadão pelo officio nº 72 de 06/03/2006. -----

----- III - Actividade da Comissão Eventual constituída pela AM, recolha de elementos de prova, informações solicitadas e prestadas -----

----- 1. A primeira reunião da Comissão realizou-se no dia 27/04/2006 e tinha como pontos da respectiva ordem de trabalhos a apreciação da indevida utilização de documentos internos da CMO em jornais eleitorais do PS e a utilização abusiva de uma viatura durante a última campanha para eleição dos órgãos locais, dando-se assim sequência à deliberação da AM a propósito do protesto da CDU e da exposição do snr José Luís Vaquinhas Coelho de Aguiar. ---

----- Os membros da CDU que integram a Comissão informaram que as acusações

(constantes do protesto e relativas aos documentos) se baseavam "em Jornais de Candidatura do P.S., nomeadamente, fotografia da Piscina Municipal, fotografia relativa à AMBILITAL, fotografia da capa de relatório interno da C.M.O. com quadro sobre os incêndios 2003 e a rede de estradas, fotografia do detector de perdas e fugas, fotografia da nova Sede de uma Cerci e fotografia aérea sobre a Zambujeira do Mar."-----

----- Registaram-se diversas intervenções, como da respectiva acta consta.-----

----- Foi pedido aos elementos da CDU presentes na reunião que apresentassem à comissão os Boletins Municipais donde constariam as informações e imagens alegadamente utilizadas de forma indevida pelo PS, bem como cópia da legislação sobre a utilização de documentos internos de uma Câmara Municipal.-----

----- Também se decidiu solicitar ao Sr. Presidente da C.M.O. cópia do protocolo assinado entre a CMO e a Fundação Odemira.-----

----- Decidiu-se ainda pedir ao conselho de Administração da Fundação Odemira cópia das guias de transporte do dia a que se referem as imputações feitas no aludido protesto da CDU.---

----- 2. Os eleitos da CDU na Comissão Eventual apresentaram em 26/09/06 um requerimento ao Presidente da A.M. no qual solicitaram informação escrita do Sr. Presidente da CMO no sentido de saber se tinha dado entrada algum requerimento na CMO do Partido Socialista a pedir a cedência de documentação e fotografias usadas nos jornais de campanha eleitoral do PS e em que data, por quanto tempo foram cedidas e para que efeito e que despacho obteve esse requerimento, quem o proferiu e em que data.-----

----- Em resposta a esse pedido o Sr. Presidente da CMO enviou ao Presidente da A.M. uma exposição que deu entrada em 28/09/06, sob o nº 264, acompanhada de vasta documentação, incluindo fotografias em jornais de campanha eleitoral da APU/CDU e textos e fotografias constantes do Boletim Municipal com anúncios relativos ao XII congresso do PCP e ao V Encontro dos eleitos da APU no Alentejo.-----

----- 3. Foram entretanto recebidos os elementos solicitados na sequência das decisões tomadas na 1ª reunião e em face disso foi marcada e realizou-se em 27/10/2006 a segunda reunião da Comissão que teve por ponto único da ordem de Trabalhos a análise da documentação recolhida. -----

----- Foram produzidas diversas intervenções, as quais constam da acta respectiva. -----

----- IV – Conclusões-----

----- Analisada e discutida a documentação reunida e o conjunto de intervenções feitas na A.M. e no âmbito da Comissão, foi possível extrair as seguintes conclusões: -----

----- A) Inexistência de ilegalidade relativamente a todos os factos analisados. -----

----- B) A viatura em causa é utilizada para outros fins que não os definidos no protocolo em vigor pelo que esta Comissão deverá sugerir à CMO a revisão da redacção do mesmo a fim de clarificar a utilização da dita viatura.-----

----- C) A Comissão devia propor à A.M. a questão da possível revisão da relação existente entre a CMO e a Fundação Odemira, devendo a AM, eventualmente, alertar o Executivo nesse sentido. -----

----- D) Não existe prova de ilegalidade no que respeita à alegada utilização indevida de documentos internos da CMO em jornais de campanha eleitoral do PS.-----

----- E) Situações semelhantes às imputadas ao PS ocorreram em campanhas anteriores quando a CDU era a força política com representação maioritária no Município de Odemira.----

----- A Comissão decidiu nomear o membro da Comissão, Sr. Manuel Coelho, para elaborar um relatório a apresentar à AM e a discutir previamente com os restantes elementos da Comissão, devendo constar do relatório a síntese do trabalho de investigação realizado e as conclusões obtidas. -----

----- V – Apreciação do relatório e terceira reunião da Comissão-----

----- Foi marcada uma terceira reunião dos deputados municipais que integram a Comissão

aos quais foi antecipadamente fornecido o texto do projecto do relatório elaborado pelo membro da Comissão, Manuel Coelho. -----

----- A reunião teve lugar no dia 12 de Janeiro de 2008 numa sala de trabalho da Biblioteca Municipal, em Odemira, sendo o ponto único da ordem dos trabalhos a análise da proposta de relatório do trabalho de investigação realizado e das respectivas conclusões, conforme havia sido decidido na segunda reunião da Comissão. -----

----- Por parte dos membros Luísa Palma e José Ribeiro foi proposta uma alteração ao projecto do relatório apresentado, no sentido de excluir as conclusões vertidas nas alíneas A) e E), bem como a de sugerir uma nova redacção para a alínea A).-----

----- O autor do projecto do relatório prestou esclarecimentos à Comissão e, designadamente, que para elaborar as conclusões se baseou no texto da acta da segunda reunião da Comissão. -----

----- Houve diversas outras intervenções, conforme consta da acta respectiva e, maioritariamente, concluiu-se pela aceitação do projecto do relatório apresentado com a reformulação das conclusões finais (vide anterior ponto IV) que são as seguintes: -----

----- 1. em relação à utilização abusiva da viatura -----

----- a) a viatura em causa não estava ao serviço da C.M.O. mas sim ao serviço da Fundação Odemira; -----

----- b) inexistência de ilegalidade relativamente a todos os factos analisados; -----

----- c) no entanto, a viatura em causa, é utilizada para outros fins que não os definidos no protocolo em vigor, pelo que a Comissão sugere à C.M.O. a revisão da redacção do mesmo a fim de clarificar a utilização da dita viatura; -----

----- d) a Comissão propõe à Assembleia Municipal a questão da possível revisão da relação existente entre a C.M.O. e a Fundação Odemira, devendo a Assembleia Municipal, eventualmente, alertar o Executivo nesse sentido;-----

----- 2. em relação à utilização abusiva de imagens internas da C.M.O. durante a campanha para eleição dos órgãos locais, não existe prova de ilegalidade no que respeita à alegada utilização indevida dos documentos internos da C.M.O. em jornais de campanha eleitoral do P.S., aliás, situações semelhantes às imputadas ao P.S. ocorreram em campanhas anteriores quando a CDU era a força política com representação maioritária no Município de Odemira.” --

----- Interveio a senhora Maria Luísa Palma que disse o seguinte: “Falo em nome do grupo C.D.U. e por não estarmos de acordo com o relatório emitido vamos votar contra com a respectiva Declaração de Voto que passarei a ler. -----

----- (...) A acta não foi possível ser assinada porque (...) não está como nós entendemos que deverá estar, com uma tomada de posição que eu alterei por achar que devia alterar”. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

----- Os eleitos da CDU nesta Assembleia Municipal, não podem estar de acordo com as conclusões apresentadas no relatório da Comissão eventual criada para averiguar da alegada utilização abusiva de uma viatura municipal e de documentos internos da CMO, durante a campanha eleitoral para eleição de Órgãos Locais em 2005, por vários motivos: -----

----- **1. – em relação à utilização abusiva da viatura** -----

----- Conforme documentação enviada pela Fundação Odemira e por nós solicitada, na primeira reunião da Comissão e aprovada por consenso, confirma-se que a viatura 57-85-QP, propriedade do Município de Odemira, no dia 30 de Setembro de 2005 deslocou-se a Queluz e transportou (conforme guia de transporte N.º. 08473) da empresa MINERVA COMERCIAL SINTRENSE, LDA, para Odemira – 6 000 boletins “Notícias de Odemira” e 10.000 exemplares do Jornal de Campanha do Partido Socialista; -----

----- Também conforme documentação enviada pela Fundação Odemira e pelo Senhor Presidente da Câmara, o protocolo celebrado pelo Município com a Fundação Odemira, sem data, mas do ano 2000, contemplava a cedência de veículos e equipamento de transporte das

refeições para as Escolas Básicas do 1º Ciclo, Jardins de Infância e a Centros de Educação Pré-escolar a indicar pela C.M.O., não contemplando qualquer outro tipo de utilização. -----

----- **“Ficou provado no relatório, que a viatura não estava autorizada a ser utilizada para outros fins que os previstos no protocolo celebrado, entre o Município e a Fundação Odemira”** -----

----- **2. – em relação à utilização abusiva de documentos internos da CMO:** -----

----- QUANTO A FOTOGRAFIAS: -----

----- 2.1 – Admitimos que várias fotografias utilizadas, no Jornal de Campanha do Partido Socialista nas eleições Autárquicas de 2005, possam ter sido tiradas pelo Senhor Presidente da Câmara António Camilo e por alguns senhores Vereadores e membros do Partido Socialista; ---

----- 2.2 – Consideramos que outras, nomeadamente as referidas no nosso ofício/requerimento de 26 de Maio de 2006, foram utilizadas de documentos internos e exclusivos do Município; -----

----- QUANTO AOS QUADROS: -----

----- 2.3 – Embora tenham sido publicados alguns quadros em boletins municipais, os divulgados no Jornal de Campanha do Partido Socialista são outros e continham matéria actualizada e precisa sobre obras, projectos, investimentos e a situação em que os mesmos se encontravam, a qual só era do conhecimento pessoal dos candidatos do Partido Socialista; -----

----- **Pelas razões referidas e nos termos da Lei N.º. 1/2001, de 14 de Agosto, foram violados os princípios estabelecidos nesta lei, na qual o legislador refere que:** -----

----- - Não é permitida a informação privilegiada e utilização de documentos, que favoreçam apenas uma candidatura; -----

----- - Essa utilização criou desigualdades de oportunidades e houve uma clara violação da imparcialidade de tratamento perante as outras forças políticas; -----

----- - É claro e inequívoco que a informação utilizada pelo Partido Socialista no seu jornal

de Campanha eleitoral de 2005, violou os deveres de neutralidade e imparcialidade a que estão obrigados, os eleitos locais, no exercício das suas funções.-----

----- É por todo este conjunto de situações que os eleitos da CDU na Assembleia Municipal, votam contra o relatório apresentado, não aceitando a mistificação que se quer fazer passar de que “situações semelhantes às imputadas ao P.S. ocorreram em campanhas anteriores e quando a CDU era a força política com representação maioritária no Município de Odemira”, o que não corresponde à verdade, nem os documentos apresentados à Comissão provaram que tenha acontecido tal situação.-----

----- Odemira, 28 de Fevereiro de 2008 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal” -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse o seguinte: “Estarão todos recordados e isso está no relatório que quem levantou esta questão foi um membro de uma determinada força política que fazia parte do Conselho de Administração da Fundação Odemira. Foi aqui que o tema começou.-----

----- Nas reuniões da Comissão da Assembleia Municipal para abordar estas questões que foram três, eu tive oportunidade de dizer isso e portanto, parece-me a mim que quem levantou a questão, com toda a legitimidade na Assembleia Municipal, poderia ter porventura, se se tivesse lembrado, formulado a questão no próprio seio do Conselho de Administração da Fundação. Não se pode é ao mesmo tempo estar dentro e estar fora e portanto eu penso que era ali que a questão se devia ter levantado. É uma opinião pessoal que defendi na Comissão como todos se recordarão.-----

----- A segunda questão, é que por requerimento escrito dos senhores deputados da CDU que integravam esta Comissão, foi pedido ao Presidente da Assembleia Municipal que formulasse ao senhor Presidente da Câmara Municipal questões e que as respostas a essas questões fossem dadas por escrito. O documento existe, toda a gente sabe que assim foi. E como foi endereçado

o ofício respectivo ao senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Câmara entendeu responder da forma em que o fez e são documentos que também foram apreciados na Comissão.-----

----- E para ir-mos só ao que interessa, o senhor Presidente da Câmara veio naturalmente contraditar os fundamentos com que as perguntas estavam a ser feitas e juntou documentação vária que eu me dispense de aqui enunciar, mas que os membros da Comissão conhecem e que quem quiser conhecer (...) poderá consultar quando quiser.-----

----- (...) Para além dos documentos que o senhor Presidente da Câmara fez chegar à Comissão a pedido, repito, dos senhores Deputados da CDU nesta Comissão, vieram também informações escritas, como todos estarão recordados da parte da Fundação Odemira (...).-----

----- Se há respostas e documentos, eles tinham de ser analisados, podemos concordar e aí é que começa a liberdade de opinião, podemos concordar ou discordar, agora passar por cima deles ou passar ao lado deles ou ignorar esses documentos é que não, porque então se admitimos não tomar posição ou não falar sobre um documento, então o critério de escolha é igual para todos e uns escolhem uma coisa e outros escolhem outra (...).-----

----- Terceira questão, eu tive a oportunidade de dizer olhos nos olhos, a todas as pessoas da Comissão e isso também está em acta, tive oportunidade de dizer que a questão era de facto uma questão política (...) é por isso que me surpreende que se chame a este relatório uma mistificação. Disso eu discordo e digo aqui, digamos com toda a convicção, porquê? Porque não foi isto o que se passou no interior das reuniões da Comissão, estamos aqui todos, todos temos nome, todos sabem o que foi discutido e todos sabem a forma consensual como isto foi discutido (...) inclusivamente por consenso, foi pedido ao Presidente da Comissão que era o Presidente da Assembleia Municipal que fizesse e, até se disse mais e eu recordo-me das palavras, que se confiava no bom senso na elaboração do relatório. E o relatório foi feito. -----

----- A discordância não é em relação às conclusões todas, a discordância foi apenas quando

constava do relatório e quando maioritariamente foi esse o entendimento, que relativamente à utilização de imagens ou documentos da Câmara Municipal em jornais de campanha do Partido Socialista nas últimas eleições autárquicas, que na Comissão surgiu digamos, essa referência de que situações semelhantes ocorreram quando a CDU era a força maioritária neste concelho. Mas isto tinha a ver com o quê? Isto tinha a ver com os tais documentos que o senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta ao requerimento da CDU tinha apresentado (...).”

----- Disse ainda que os membros da Coligação Democrática Unitária na Comissão da Assembleia Municipal não tinham assinado a acta da última reunião e, bem assim revelou o teor da carta enviada pela senhora Maria Luísa Palma a informar sobre essa matéria. Documentos que ficarão arquivados no maço de documentos da presente sessão. -----

----- Disse ainda que no início da presente sessão tinha recebido a seguinte Declaração, entregue pelos senhores Maria Luísa Palma e José da Silva Ribeiro: -----

----- “Não posso aceitar esta acta, porque omite um esclarecimento por escrito que dirigi ao Sr. Presidente da Comissão – Dr. Manuel Coelho, tornando clara a tomada de posição dos eleitos C.D.U., em nome do seu grupo, pelo que solicito articulação entre a Sr.^a Secretária e os Sr. Presidente da Mesa. -----

----- Obrigado.” -----

----- Por último, assumiu o atraso na elaboração do presente relatório, apesar de não lhe ter sido imposto qualquer prazo para o efeito. -----

----- Disse ainda relativamente às conclusões do relatório, que a Comissão, unanimemente, entendia que se deveria colocar à consideração da Assembleia Municipal e posteriormente da Câmara Municipal a revisão do protocolo de cedência da viatura, para evitar aquele tipo de situações.-----

----- Foi igualmente sugerido que se recomendasse ou alertasse, dado que periodicamente a Fundação estava constantemente a pedir mais fundos à Câmara Municipal, no sentido de que a

Fundação não pudesse estar dependente como se de um filho se tratasse da Câmara Municipal. A Fundação teria de viver por ela, teria de arranjar por ela fontes de financiamento, ou seja teria de se alterar provavelmente a filosofia. -----

----- Considerou ainda que aquela última questão era a mais importante do relatório da Comissão. Referiu ainda que havia um desfasamento temporal nas citadas conclusões, porque tinha conhecimento que actualmente, estavam a equacionar a hipótese de envolver a Fundação Odemira com outras empresas. -----

----- Disse também: “Tive muito prazer nas três reuniões em falar com toda a gente, agora desculpem que vos diga também, eu estava a contar, digamos, com essa divergência, agora não estava a contar com a palavra “mistificação”, porque e desculpem isto aqui é muito pessoal, este meu lamento, não mereço que neste trabalho se caracterize este relatório como uma “mistificação”. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação daquele relatório, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e doze votos contra das membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que apresentou a seguinte Declaração de Voto: ----
----- “Votamos a favor, porque o intuito da criação desta comissão era analisar e averiguar os eventuais acontecimentos verificados e consequentemente apresentar o relatório final. -----

----- Se as conclusões não são exactamente aquilo que se gostava que fossem, essa já será uma outra questão, agora não nos parece que alguém possa por em causa a conformidade das conclusões com a respectiva matéria apurada. -----

----- Pelos vistos para alguns a política vale mais que a verdade”. -----

----- **Ponto oito:** PROPOSTA DO GOVERNO SOBRE O NOVO MAPA JUDICIÁRIO: Na

sequência da circular número vinte e um, datada de treze de Fevereiro do corrente ano, sobre “Revisão do Mapa Judiciário”, interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu que o novo mapa judiciário era uma proposta do Governo e tinha a ver com o funcionamento dos tribunais, prevendo a criação em todo o país de três circunscrições experimentais de tribunais, sendo que uma delas dizia respeito ao concelho de Odemira, designadamente através da criação de um tribunal que é a circunscrição do Litoral Alentejano e que abrange os cinco Municípios.-----

----- Disse ainda que existiam vários pareceres da Associação Nacional do Municípios Portugueses e da Ordem dos Advogados, sobre aquela matéria. Como é um modelo teórico, revelou que não sabia se iria funcionar bem ou mal.-----

----- Considerou também que a proposta indicava um esforço do Governo em reduzir os processos que havia em tribunal, e bem assim que havia uma intenção de racionalizar meios e de começar a existir uma especialização.-----

----- Considerou ainda que se estava a concentrar tudo no litoral e tendencialmente iriam desaparecer os tribunais do interior.-----

----- Por último leu a notícia que tinha sido publicada naquele dia no jornal Diário de Notícias sobre aquela matéria e informou que gostaria de partilhar do optimismo expressado na mesma. Referiu ainda que não estava nem contra, nem a favor daquela mudança e o motivo que o tinha levado a agendar o assunto na Ordem de Trabalhos da sessão, era no sentido de que o assunto fosse conhecido, debatido e reflectido.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que ele e os restantes representantes dos cinco Municípios que integravam o Litoral Alentejano tinham estado, no dia anterior, numa reunião com o senhor Secretário de Estado da Justiça onde tinha sido dado a conhecer a solução prevista para o Litoral Alentejano.-----

----- Revelou que a opinião de todos os presentes tinha sido positiva.-----

----- Disse também que tinha sido transmitido pelo senhor Secretário de Estado que não iriam encerrar nenhuns tribunais e iriam ser criados juízos de competência especializada e genérica.--

----- Revelou ainda que tinha sido informado naquela reunião que nos tribunais de Alcácer do Sal e Grândola seriam criados dois juízos de competência especializada de média e pequena instância, quer ao nível cível, quer ao nível criminal; em Sines iria ser criado o tribunal do Trabalho, da Família e dos Menores; Odemira ficaria com um tribunal de competência genérica; Santiago do Cacém, para além do tribunal de Círculo, teria um tribunal nos dois juízos de grande instância (cível e criminal).-----

----- Por último, referiu que apenas através da sua implementação, conseguiria ver como aquela mudança iria decorrer. -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que colocou três questões: -----

----- “Odemira vai ter alguma competência especializada? -----

----- Odemira perdeu alguma competência? -----

----- Se foi criado o tribunal de Sines, o tribunal de Odemira poderá ser o tribunal com maior serviço, mais processos no Litoral Alentejano?” -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse: “se a previsão se mantiver relativamente ao que Odemira tem hoje (não é?) continuaremos a ter aí digamos, o tratamento de todas as questões que já agora existem aqui. Mas atenção! Eu penso sinceramente que isto pode ter condições para não se manter, porque não são os Municípios que vão decidir isto, é o Conselho Superior da Magistratura controlando naturalmente através do juiz tutelar que irá gerir isto.”-----

----- Disse ainda que não tinha dúvidas, de acordo com a filosofia da proposta, que iriam perder competências se não houvessem processos de uma determinada matéria a entrar no tribunal de Odemira. -----

----- Por último, considerou que tinha sido um ponto positivo a criação de um tribunal em

Sines, pelo dinamismo em termos de economia e de vitalidade económica daquela localidade. --

----- Disse também que como cidadão de Odemira, não gostava das transferências que vinham a ser feitas em diversas áreas de actividade (educação, saúde, etc) para o concelho de Santiago do Cacém.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que considerou que deveriam aguardar para ver os resultados da implementação e posteriormente estariam vigilantes. Referiu ainda que a matriz que ia ser proposta para o Litoral Alentejano não poderia diferir do que lhes tinha sido mostrado naquela reunião com o senhor Secretário de Estado. Revelou ainda que estava optimista. -----

----- Interveio novamente o senhor Ricardo Cardoso que considerou que os riscos com a entrada em vigor do novo mapa judiciário eram os mesmos que corriam actualmente, porque o Estado poderia fechar os tribunais, as escolas, as finanças, quando pretendesse. -----

----- Referiu ainda que, com a informação que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha transmitido, dava a entender que no momento não corriam riscos, porém considerava que deveriam estar sempre vigilantes. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Referindo-se ao artigo vigésimo sétimo do Regimento dos Membros deste Órgão, informou que dado o avanço da hora e como faltava ainda apreciar um ponto da Ordem de Trabalhos, teriam de equacionar a realização de uma segunda reunião da sessão ordinária de Fevereiro, nos termos do artigo quinquagésimo segundo da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro. Apreciado o assunto, foi deliberado por consenso a realização da segunda reunião da sessão ordinária de Fevereiro, no próximo dia cinco de Março, quarta-feira, pelas vinte horas e trinta minutos, no auditório da Biblioteca

Municipal José Saramago, em Odemira.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** -----

----- Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão era uma hora e trinta minutos do dia vinte e nove de Fevereiro. -----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----